



Bloco de Esquerda

*Grupo Parlamentar*

**25 de Novembro de 2009**

**10.º Aniversário do**

**Dia Internacional**

**pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres**

***Helena Pinto – Deputada do Bloco de Esquerda***

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhoras Deputadas

A violência contra as mulheres é tão antiga como a Humanidade. Mas, reparem, só há 10 anos foi instituído um Dia Mundial para a sua eliminação.

Facto simbólico, com certeza, mas facto simbólico só assumido

pela comunidade internacional, mesmo no limite do século XX. Este aspecto não deixa de ser significativo e de convocar uma reflexão sobre o enraizamento profundo na sociedade dos factores de legitimação da violência contra as mulheres. E hoje falamos de violência contra as mulheres, não falamos de violência no abstracto. Falamos daquela violência que é perpetrada contra as mulheres, por serem mulheres. Violência que é a expressão mais cruel do domínio dos homens sobre as mulheres, do exercício do poder patriarcal, expressão radical do machismo que ainda grassa por aí.

As mulheres entraram para o mercado de trabalho, conseguiram maior autonomia, entraram para a vida pública. A violência e uma violência cada vez mais intensa é, sem dúvida, uma resposta à afirmação das mulheres na sociedade.

Por isso é preciso lembrar os milhões de vítimas – mulheres e meninas nos diferentes estados de discriminação – daquelas que não têm direito à identidade enquanto seres humanos, das que são vítimas de mutilação genital e de castigos corporais, das que vivem encarceradas em casamentos forçados, das que não

têm direito à palavra e muito menos ao voto.

Lembro Aminatur Haidar, em greve da fome no aeroporto de Lanzarote, em nome do povo do Sahara Ocidental e da sua luta pela autodeterminação.

E lembrar tem que ser um compromisso. O compromisso da luta pelos Direitos Humanos e pelos Direitos Civis.

No nosso país, um país erradamente conhecido como um país de “brandos costumes” um número demasiado grande de mulheres são assassinadas todos os anos pelos seus maridos, companheiros e namorados. As mulheres assassinadas são a chamada de atenção clamorosa para o muito que ainda há a fazer.

A primeira etapa foi vencer o estigma do privado, das quatro paredes do lar e assumir que estamos a tratar de um crime público.

A segunda etapa foi vencer os obstáculos aos serviços de apoio

públicos e da responsabilidade do Estado na protecção das vítimas.

Agora é preciso ir mais longe e vencer a etapa da punição deste crime. Para isso é preciso continuar a vencer obstáculos onde eles existem. Esse diagnóstico está feito – precisamos de rapidez e eficácia nos Tribunais. Precisamos de implementar as medidas de afastamento do agressor, precisamos da vigilância electrónica para evitar mais crimes, precisamos de trabalhar para que a condenação social seja uma realidade e assim contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres.

Na X Legislatura foram tomadas medidas positivas nesta área, na XI Legislatura a Assembleia da República têm que prosseguir este caminho.

Manter o combate à violência na agenda política, monitorizar todas as medidas adoptadas, exigir do Governo os meios adequados e sobretudo debater e encontrar as soluções adequadas para que os Tribunais funcionem e tratem este crime de uma forma integrada e multi-disciplinar, respondendo à sua

complexidade e dando sinais claros à sociedade de que a tolerância é absolutamente zero.

O facto de se terem ultrapassado etapas e de hoje ser praticamente consensual, no discurso, a condenação da violência contra as mulheres, não significa que os retrocessos não espreitem uma oportunidade.

Não podemos aceitar que ainda persistam tentativas de dissuadir vítimas de apresentação de queixa. Não podemos continuar a aceitar que o ónus da sobrevivência de mulheres e crianças continue em cima das vítimas, que têm que abandonar a casa, a escola, os amigos e familiares, porque ainda não existem pulseiras electrónicas suficientes.

Esta prioridade não pode ter lugar apenas nos dias dos discursos formais, esta prioridade tem que estar presente quando se discutem os Orçamentos de Estado.

Não se trata de querer tudo de uma vez ou de pedir o

impossível. Não senhoras e senhores deputados. Trata-se de colocar as coisas no seu devido lugar. São precisos novos saltos de qualidade nesta matéria e não se pode mais evitar o debate sobre as medidas concretas que ainda falta tomar.

O Gupo Parlamentar do Bloco de Esquerda reafirma assim o seu compromisso de apresentar propostas no sentido de alterar o Código Penal, numa questão fundamental: o conceito de crime continuado não pode aplicar-se aos crimes cometidos contra as pessoas. Este conceito sempre foi pensado para crimes patrimoniais e a última revisão do Código Penal estendeu-o aos crimes contra as pessoas. Pensem na seguinte situação, senhoras e senhores deputados: um dia esmurrada, um dia impedida de sair de casa; outro dia pontapeada e por aí fora. Isto não é só um crime, é uma acumulação de crimes, sem dúvida.

Assim como apresentaremos propostas no sentido de criar Juízos Especializados nos Tribunais que signifiquem uma alteração profunda no estrangulamento que hoje impede este

combate de ir mais longe. E esse estrangulamento está nos Tribunais.

Termino, Senhor Presidente, mas antes quero saudar todas as mulheres que ousam quebrar os ciclos da violência, que sobrevivem, que alteram a sua vida totalmente, mas que nos mostram o caminho da nossa responsabilidade. Elas combatem a indiferença e nisso fazem a diferença.